

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR DIANTE DAS SINGULARIDADES DO NEURODESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Yuri Gabriel de Souza Macêdo¹
Natasha Pinheiro Barbosa Toledo²

natasha.pinheiro.barbosa@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A Educação Infantil deve promover o acolhimento das diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento, especialmente diante das singularidades do neurodesenvolvimento. Este estudo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo escolar na promoção de práticas inclusivas voltadas a crianças com TEA, TDAH e outras condições do neurodesenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo bibliográfico, baseada na observação de estágio e na análise de produções acadêmicas. Os resultados evidenciaram desafios relacionados à rotulação, patologização e inclusão escolar, destacando a importância do psicólogo escolar na orientação da comunidade educativa e na construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento e a participação das crianças. Conclui-se que sua atuação é essencial para fortalecer práticas inclusivas e valorizar as potencialidades e a individualidade de cada criança.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar; Educação Infantil; Neurodiversidade; Neurodesenvolvimento; Inclusão Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A infância corresponde a um período de intensas transformações no desenvolvimento humano, marcado pela construção de habilidades cognitivas, emocionais, sociais e comportamentais fundamentais para a formação da criança. Nesse contexto, a Educação Infantil demanda práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, com o reconhecimento das diferenças e com a valorização das múltiplas formas de desenvolvimento e aprendizagem infantil (Sousa *et al.*, 2025). A partir dessa compreensão, torna-se pertinente refletir sobre como a deficiência e a neurodiversidade passaram a ser compreendidas ao longo do tempo, especialmente no contexto escolar.

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX

² Psicóloga, Especialista em Docência do Ensino Superior e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice Univértix.

Durante muitos anos, predominou uma compreensão da deficiência centrada no modelo médico, que interpretava as diferenças a partir da lógica do déficit, da normalização e da adaptação do indivíduo. Nesse contexto, a escola frequentemente enxergava estudantes com TEA, TDAH e outras singularidades do neurodesenvolvimento como alunos “problemáticos”, desatentos ou incapazes de acompanhar o padrão esperado de aprendizagem. Com o avanço do modelo social, passou-se a reconhecer a influência das barreiras sociais, pedagógicas e institucionais na exclusão desses estudantes. Nessa perspectiva, a neurodiversidade propõe considerar essas condições como modos naturais de funcionamento do cérebro (Silva *et al.*, 2025), favorecendo uma compreensão mais inclusiva das singularidades presentes no contexto escolar. Assim, o psicólogo escolar pode contribuir para a construção de práticas menos patologizantes e mais sensíveis às diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

No contexto da Educação Infantil, o reconhecimento das múltiplas formas de desenvolvimento e aprendizagem também implica compreender que a infância não se constitui a partir de padrões únicos, lineares ou homogêneos de funcionamento. Segundo Dos Santos *et al.*, (2026), as singularidades do neurodesenvolvimento exigem que a escola reconheça diferentes perfis cognitivos, emocionais e comportamentais, compreendendo que modos distintos de aprender, interagir e responder às demandas do ambiente escolar fazem parte da diversidade humana e não devem ser reduzidos a desvios em relação a um modelo considerado ideal. Nessa perspectiva, os autores problematizam que leituras excessivamente medicalizantes ou patologizantes dessas diferenças podem favorecer processos de rotulação, estigmatização e invisibilização das necessidades reais da criança, comprometendo sua participação, seu desenvolvimento e sua inserção no espaço educativo. Além disso, a discussão proposta pelos autores evidencia que a presença da neurodiversidade no contexto escolar demanda práticas pedagógicas mais inclusivas, flexíveis e sensíveis às especificidades do desenvolvimento infantil, de modo a favorecer uma compreensão mais ética, acolhedora e contextualizada da criança no ambiente escolar (Dos Santos *et al.*, 2026).

No âmbito da Educação Infantil, a compreensão da neurodiversidade também requer o reconhecimento de que diferentes formas de funcionamento neurológico e cognitivo estão presentes no contexto escolar e demandam respostas pedagógicas compatíveis com essa diversidade. Segundo Dos Reis *et al.*, (2024), a construção de uma educação inclusiva para estudantes neurodivergentes depende da superação de barreiras ainda presentes na escola, bem como da adoção de práticas pedagógicas mais personalizadas, equitativas e sensíveis às especificidades do desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, os autores evidenciam que o acolhimento das singularidades do neurodesenvolvimento não se restringe ao reconhecimento das diferenças, mas exige a organização de estratégias que favoreçam a aprendizagem, a autonomia, a interação social e a participação efetiva da criança no ambiente educativo. Além disso, a discussão proposta pelos autores reforça que a efetivação de uma escola inclusiva também depende do preparo docente, da adaptação de recursos e da construção de um espaço escolar mais acessível, responsivo e comprometido com a valorização da diversidade humana (Dos Reis *et al.*, 2024).

Diante desse cenário, o reconhecimento das singularidades do neurodesenvolvimento na Educação Infantil também exige a atuação de profissionais capazes de contribuir para a construção de práticas escolares mais inclusivas e sensíveis às diferentes necessidades infantis. Segundo Schmengler *et al.*, (2022), o psicólogo escolar desempenha papel relevante no processo de inclusão, podendo atuar em diferentes espaços e níveis de escolarização, bem como contribuir com a orientação de professores, alunos e da comunidade escolar. Nessa perspectiva, sua atuação ultrapassa modelos centrados exclusivamente na avaliação individual da criança, passando a contemplar intervenções voltadas à mediação das relações escolares, ao apoio à equipe pedagógica e à promoção de condições mais favoráveis ao desenvolvimento e à participação dos estudantes no ambiente educativo. As autoras também evidenciam que a presença do psicólogo escolar no contexto inclusivo favorece a ampliação do olhar institucional sobre as demandas educacionais, possibilitando a construção de estratégias mais contextualizadas, coletivas e comprometidas com a permanência e o desenvolvimento integral da criança no espaço escolar (Schmengler *et al.*, 2022).

Nesse sentido, torna-se relevante discutir de que maneira o psicólogo escolar pode contribuir para o reconhecimento e o acolhimento das singularidades do neurodesenvolvimento no contexto da Educação Infantil, considerando os desafios impostos à construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do psicólogo escolar diante das singularidades do neurodesenvolvimento na Educação Infantil, buscando compreender suas possibilidades de intervenção no favorecimento de práticas institucionais, pedagógicas e relacionais mais sensíveis à diversidade do desenvolvimento infantil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Infantil desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, uma vez que favorece o crescimento cognitivo, social, emocional e motor, por meio das interações, experiências e práticas pedagógicas adequadas a essa fase da vida (Wagner, 2023).

Segundo Dos Santos *et al.* (2025), a criança deve ser reconhecida como sujeito ativo, potente e em constante construção, o que implica compreender a infância como um tempo de experiências significativas, marcado por processos contínuos de exploração, participação e aprendizagem. Nessa perspectiva, a Educação Infantil assume papel relevante ao favorecer condições para que a criança vivencie práticas pedagógicas que respeitem seus ritmos, sua curiosidade, sua expressividade e suas formas próprias de se relacionar com o conhecimento.

À luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o desenvolvimento infantil é concebido como um processo construído por meio das experiências, ações e interações vivenciadas no cotidiano escolar. O documento destaca que a criança aprende e se desenvolve por meio das interações e brincadeiras, assumindo papel ativo na construção de conhecimentos e relações sociais (Brasil, 2018).

Conforme assinalam Dos Santos *et al.*, (2025), os direitos de aprendizagem, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, configuram elementos centrais para a organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil, uma vez que orientam a construção de experiências educativas mais coerentes com

as necessidades e especificidades da infância. Nessa direção, os autores afirmam que o desenvolvimento infantil “não se dá de maneira linear” (Dos Santos *et al.*, 2025, p. 18601), mas se constitui nas trocas estabelecidas entre criança, educador, espaço e cultura. Tal compreensão contribui para o afastamento de perspectivas padronizantes de desenvolvimento, favorecendo uma leitura mais sensível e contextualizada das múltiplas formas pelas quais as crianças aprendem, se expressam e se desenvolvem no ambiente escolar.

O conceito de neurodiversidade refere-se à compreensão de que as diferenças neurológicas constituem variações naturais da diversidade humana, e não necessariamente déficits, doenças ou anormalidades. Essa perspectiva reconhece que indivíduos podem apresentar diferentes formas de perceber, processar informações, aprender e interagir com o ambiente, valorizando a pluralidade dos funcionamentos cognitivos e comportamentais (Wuo; Brito, 2023).

A discussão sobre as singularidades do neurodesenvolvimento no contexto educacional tem sido progressivamente ampliada a partir da perspectiva da neurodiversidade, a qual propõe uma compreensão menos deficitária e mais inclusiva das diferenças neurológicas presentes na escola. Nessa direção, Silva *et al.*, (2025) defendem que condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia não devem ser compreendidas exclusivamente como falhas, desvios ou limitações individuais, mas como modos distintos e legítimos de funcionamento do cérebro. Tal perspectiva contribui para o deslocamento de leituras centradas apenas no déficit, favorecendo uma compreensão mais ampla das formas pelas quais diferentes crianças percebem, aprendem, interagem e respondem às exigências do ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a escola é convocada a rever concepções normativas de aprendizagem e desenvolvimento, historicamente sustentadas por expectativas homogêneas de atenção, linguagem, comportamento e desempenho escolar, visto que práticas pedagógicas pautadas na padronização tendem a desconsiderar a diversidade dos processos de aprendizagem presentes no contexto educacional (Pletsch, 2014).

Conforme aponta Silva *et al.*, (2025, p. 167), a neurodiversidade propõe considerar essas condições como “modos naturais de funcionamento do cérebro”, o que exige uma mudança de olhar por parte das instituições de ensino. Tal mudança não se restringe ao reconhecimento discursivo das diferenças, mas envolve a reorganização de práticas pedagógicas, metodologias e formas de acolhimento capazes de responder às necessidades e potencialidades de estudantes neurodivergentes. Desse modo, a compreensão da neurodiversidade no contexto escolar torna-se fundamental para a construção de ambientes mais democráticos, acessíveis e comprometidos com o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças.

Collares e Moysés (2013) argumentam que a crescente medicalização da infância tem contribuído para que comportamentos, modos de atenção, expressividade, agitação, dispersão e dificuldades relacionadas ao processo de escolarização sejam interpretados predominantemente sob uma lógica diagnóstica. Para as autoras, questões complexas e multifatoriais passam a ser explicadas por supostos transtornos individuais, deslocando a atenção dos aspectos pedagógicos, sociais e institucionais envolvidos no desenvolvimento infantil.

Segundo Garcia e Silva (2026), o ambiente escolar tem contribuído, em muitos casos, para a produção de leituras patologizantes da infância, nas quais manifestações próprias do desenvolvimento infantil ou diferenças no modo de aprender e se comportar são convertidas em sinais de anormalidade. Nessa perspectiva, os autores discutem que a interpretação de determinados comportamentos infantis como patológicos pode funcionar como um mecanismo de adequação da criança às normas escolares, reduzindo a complexidade do desenvolvimento infantil a categorias explicativas centradas no desvio, no controle e na correção.

Ao discutirem esse processo, Garcia e Silva (2026) afirmam que a patologização dos comportamentos infantis pode operar como um modelo de “higienização escolar”, no qual a diferença deixa de ser compreendida como parte da diversidade do desenvolvimento e passa a ser tratada como algo a ser corrigido, contido ou medicado. Essa lógica tende a reforçar processos de rotulação e

estigmatização, comprometendo não apenas a experiência escolar da criança, mas também sua participação, sua autoestima e suas possibilidades de aprendizagem. A partir dessa compreensão, torna-se fundamental “repensar os padrões de normalidade infantil” (Garcia; Silva, 2026) e avaliar criticamente a necessidade de medicação, de modo a construir práticas escolares mais éticas, acolhedoras e comprometidas com o respeito às particularidades do desenvolvimento infantil. Desse modo, a crítica à medicalização da infância torna-se central para a construção de uma educação mais inclusiva, sensível à diversidade e menos orientada por expectativas padronizadas de comportamento e desempenho escolar.

Oliveira e Marinho-Araújo (2009) defendem que a Psicologia Escolar contemporânea deve superar modelos centrados na identificação de problemas individuais dos estudantes, passando a considerar as relações, os processos institucionais e as condições presentes no contexto escolar que influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem.

Segundo Schmengler *et al.*, (2022), o psicólogo escolar desempenha papel relevante no processo de inclusão, podendo atuar junto a professores, alunos, famílias e demais integrantes da comunidade escolar, de modo a favorecer intervenções mais sensíveis às diferenças presentes no ambiente educativo. Nessa perspectiva, sua atuação ultrapassa modelos centrados exclusivamente na avaliação individual ou na identificação de déficits, passando a contemplar ações voltadas à mediação das relações escolares, ao apoio à equipe pedagógica e à promoção de condições mais favoráveis ao desenvolvimento e à participação das crianças no espaço educativo.

Em diálogo com essa perspectiva, de Matos Silva, Fé Neto e Carvalho (2025) discutem que a atuação do psicólogo escolar, diante das dificuldades de aprendizagem, envolve tanto limites quanto possibilidades, especialmente quando se considera a necessidade de compreender a criança para além de explicações reducionistas ou exclusivamente diagnósticas. Segundo os autores, o psicólogo escolar pode contribuir para “identificar e minimizar as dificuldades de aprendizagem” (De Matos Silva; Fé Neto; Carvalho, 2025, p. 155), desde que sua prática esteja articulada às teorias do desenvolvimento e da aprendizagem e comprometida com a realidade educacional concreta. Nessa direção, a atuação psicológica na escola não

deve ser orientada apenas pela lógica da correção ou da adaptação da criança, mas pela construção de estratégias que considerem suas necessidades, potencialidades e formas singulares de aprender.

Além disso, a literatura aponta que o psicólogo escolar pode exercer função mediadora entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, favorecendo uma leitura mais integrada das demandas escolares e contribuindo para o enfrentamento de práticas excludentes, medicalizantes ou estigmatizantes. Conforme assinalam de Matos Silva, Fé Neto e Carvalho (2025), a escola ocupa papel central na organização de experiências consideradas relevantes para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o que exige profissionais capazes de compreender a complexidade das dificuldades que emergem no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a atuação do psicólogo escolar torna-se especialmente importante na Educação Infantil, uma vez que pode colaborar com a promoção de práticas institucionais mais acolhedoras, com a orientação da equipe pedagógica e com a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral, a participação e o pertencimento das crianças no ambiente escolar (Schmengler *et al.*, 2022; De Matos Silva; Fé Neto; Carvalho, 2025).

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, desenvolvida a partir de reflexões construídas com base na literatura científica e nas vivências proporcionadas pelo estágio supervisionado obrigatório do curso de Psicologia, realizado no período de março a junho de 2026, em uma escola localizada na Zona da Mata Mineira.

Segundo Minayo e Sanches (1993), a pesquisa qualitativa possibilita compreender significados, valores, crenças e relações sociais que não podem ser reduzidos a dados numéricos, sendo especialmente adequada para a análise de fenômenos complexos e contextualizados. Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos aspectos subjetivos, contextuais e institucionais relacionados à atuação da Psicologia Escolar no contexto da Educação Infantil.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, por buscar descrever e compreender aspectos relacionados ao tema investigado, sem a intenção de realizar intervenção direta ou estabelecer relações de causa e efeito.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica, que, segundo Prodanov e Freitas (2013), é desenvolvida com base em material já publicado, permitindo ao pesquisador contato direto com produções previamente elaboradas sobre o tema, como livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Para a elaboração do estudo, foram utilizados e-books, artigos científicos, periódicos eletrônicos e bases de dados acadêmicas, com destaque para o Google Acadêmico e a SciELO. A busca bibliográfica foi realizada a partir das seguintes palavras-chave: psicólogo escolar, psicologia escolar, educação infantil, psicologia infantil, neurodiversidade e neurodesenvolvimento.

Além da revisão bibliográfica, as vivências no campo de estágio contribuíram para a delimitação e compreensão do tema. Durante esse período, houve contato com o ambiente escolar com o objetivo de compreender seu funcionamento, bem como a realização de observações da atuação da psicóloga escolar e das demandas presentes no contexto educacional, incluindo o contato com as crianças atendidas.

Ressalta-se, no entanto, que tais observações não se configuraram como pesquisa de campo, nem envolveram coleta sistemática de dados, sendo utilizadas apenas como suporte para a escolha do tema, para a aproximação com a realidade escolar e para a reflexão teórica desenvolvida ao longo do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permitiu compreender que as singularidades do neurodesenvolvimento ainda constituem um importante desafio para a efetivação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas na Educação Infantil. Embora os avanços das políticas de inclusão e das discussões sobre neurodiversidade tenham contribuído para ampliar o reconhecimento das diferenças presentes no ambiente escolar, os estudos analisados evidenciam que muitas crianças continuam sendo alvo de processos de rotulação, patologização e exclusão.

Nesse contexto, verificou-se que comportamentos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a outras condições do neurodesenvolvimento frequentemente são interpretados a partir de uma lógica centrada no déficit. Conforme discutem Collares e Moysés (2013), a medicalização da infância tem favorecido a transformação de características comportamentais, emocionais e relacionais em supostos problemas individuais, desconsiderando aspectos pedagógicos, sociais e institucionais que também influenciam o desenvolvimento infantil.

Os estudos analisados indicam que a escola ainda tende a operar com base em expectativas padronizadas de aprendizagem, comportamento e desempenho. Nessa perspectiva, crianças que apresentam formas distintas de aprender, interagir ou responder às demandas escolares frequentemente são percebidas como inadequadas ao modelo educacional vigente. Tal realidade corrobora as discussões de Pletsch (2014), ao evidenciar que práticas pedagógicas excessivamente homogêneas podem produzir barreiras à participação e à aprendizagem de estudantes que não correspondem aos padrões considerados normativos.

Além disso, a literatura demonstra que os processos de rotulação exercem impactos significativos sobre o desenvolvimento infantil. Quando a criança passa a ser constantemente identificada por suas dificuldades, existe o risco de que suas potencialidades sejam invisibilizadas. Garcia e Silva (2026) destacam que a patologização dos comportamentos infantis pode contribuir para a construção de identidades marcadas pelo estigma, afetando negativamente a autoestima, o sentimento de pertencimento e a relação da criança com o ambiente escolar.

Em contrapartida, os autores analisados apontam que a perspectiva da neurodiversidade possibilita uma compreensão mais ampla e humanizada das singularidades do neurodesenvolvimento. Conforme defendem Wuo e Brito (2023) e Silva *et al.*, (2025), diferenças neurológicas não devem ser compreendidas exclusivamente como déficits ou limitações, mas como expressões legítimas da diversidade humana. Essa perspectiva favorece o deslocamento de uma visão centrada na correção das diferenças para uma abordagem voltada ao reconhecimento das potencialidades e das necessidades específicas de cada criança.

Nesse cenário, os resultados evidenciam a relevância da atuação do psicólogo escolar como agente promotor de inclusão e transformação institucional. Diferentemente de modelos tradicionais focados apenas na avaliação individual do estudante, a Psicologia Escolar contemporânea propõe uma atuação voltada à compreensão das relações estabelecidas no contexto educacional e à construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos. Tal entendimento encontra respaldo nas contribuições de Oliveira e Marinho-Araújo (2009), que defendem uma prática psicológica comprometida com os processos institucionais e coletivos presentes na escola.

A literatura analisada demonstra que uma das principais contribuições do psicólogo escolar consiste na orientação e no suporte à equipe pedagógica. Ao auxiliar professores na compreensão das singularidades do neurodesenvolvimento, esse profissional favorece a construção de práticas mais flexíveis, acessíveis e compatíveis com as diferentes formas de aprendizagem presentes na Educação Infantil. Conforme apontam Schmengler *et al.*, (2022), sua atuação contribui para ampliar o olhar da instituição sobre as necessidades educacionais dos estudantes, reduzindo interpretações estigmatizantes e fortalecendo práticas inclusivas.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao papel mediador exercido pelo psicólogo escolar entre escola, família e demais profissionais envolvidos no acompanhamento da criança. Considerando que o desenvolvimento infantil ocorre em diferentes contextos, a construção de uma rede de apoio articulada torna-se fundamental para promover intervenções mais eficazes e coerentes com as necessidades da criança. Nesse sentido, o psicólogo escolar atua como facilitador do diálogo e da cooperação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo.

Os resultados também indicam que a atuação desse profissional contribui para o enfrentamento de práticas medicalizantes e patologizantes ainda presentes no ambiente escolar. Ao promover reflexões sobre desenvolvimento infantil, diversidade humana e inclusão, o psicólogo auxilia a comunidade escolar a compreender que dificuldades de aprendizagem e comportamentos considerados atípicos não podem ser analisados de forma isolada ou exclusivamente diagnóstica. Dessa forma, sua

intervenção favorece uma compreensão mais contextualizada e ética das singularidades do neurodesenvolvimento.

Diante do exposto, compreende-se que a construção de uma educação inclusiva depende não apenas da presença de políticas educacionais voltadas à diversidade, mas também da atuação de profissionais capazes de promover mudanças nas práticas e concepções presentes na escola. Nesse processo, o psicólogo escolar assume papel fundamental ao contribuir para o reconhecimento das singularidades do neurodesenvolvimento, para a valorização das potencialidades infantis e para a construção de ambientes educativos mais acolhedores, participativos e comprometidos com o desenvolvimento integral de todas as crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar é fundamental para promover práticas educacionais inclusivas e sensíveis às singularidades do neurodesenvolvimento na Educação Infantil. Os resultados evidenciaram que muitas dificuldades enfrentadas por crianças com condições do neurodesenvolvimento estão relacionadas não apenas às suas características individuais, mas também às barreiras presentes no contexto escolar. Nesse cenário, o psicólogo escolar contribui para a desconstrução de estigmas, o fortalecimento das potencialidades infantis e a orientação da comunidade escolar na construção de estratégias mais acolhedoras e inclusivas. Assim, a inclusão escolar requer o reconhecimento da diversidade humana e a valorização da individualidade de cada criança, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua participação efetiva no ambiente educacional.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as reflexões acerca da importância da Psicologia Escolar na Educação Infantil e para fortalecer a construção de práticas educacionais comprometidas não apenas com a inclusão, mas também com a valorização das potencialidades e da singularidade de cada criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

DE MATOS SILVA, Nilson; FÉ NETO, Jair Pedro da; CARVALHO, Juliana Angélica Evangelista de. Dificuldades de aprendizagem e a atuação do psicólogo escolar: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 10, p. 155-164, 2025. Disponível em: <https://rebeno.emnuvens.com.br/revista/article/view/273>. Acesso em: 01 abr. 2026.

DOS REIS, Nubiragina Salasar; MIRANDA, Maria Marta Coelho; FUZINATO, Rosangela Maria Alban; RIBEIRO, Marilda Faustino de Andrade; MACÊDO, Piedade Coelho Miranda. NEURODIVERSIDADE NA ESCOLA: QUEBRANDO BARREIRAS E CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA TODOS. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 16062–16075, 2024. DOI: 10.56238/arev64-293. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2315>. Acesso em: 01 abr. 2026.

DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa *et al.* BNCC E EDUCAÇÃO INFANTIL – O DESENVOLVIMENTO INFANTIL POR MEIO DAS EXPERIÊNCIAS, AÇÕES E INTERAÇÕES NA APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 18599–18632, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-170. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4462>. Acesso em: 01 abr. 2026.

DOS SANTOS, Carlos Alves Gomes *et al.* NEURODIVERSIDADE, ESCOLA E RELAÇÕES INTRAFAMILIARES: TDAH E ALTAS HABILIDADES COMO SINGULARIDADES DO NEURODESENVOLVIMENTO QUE DEMANDAM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA. **ARACÊ**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e12393, 2026. DOI: 10.56238/arev8n3-003. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/12393>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GARCIA, T.; SILVA, W. K. . Infância Medicada: A Interpretação Patológica dos Comportamentos Infantis no Ambiente Escolar. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2026. DOI: 10.69876/rv.v22i1.332. Disponível em: <https://www.revistavoos.com.br/index.php/sistema/article/view/332>. Acesso em: 01 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 26 mai. 2026.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**: memórias do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 41-64.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 648-663, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/9075>. Acesso em: 27 mai. 2026.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 757-773, jul./set. 2014. DOI: 10.1590/S0101-73302014000200011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200011>. Acesso em: 25 maio 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/ebook%20metodologia%20do%20trabalho%20cientifico.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2026.

SCHMENGLER, Angélica Regina; FONTOURA, Gabriele Marchionatti; PIZZOLOTTO, Roberta; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, e20, 2022. DOI: 10.18675/1981-8106.v32.n.65.s14924. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14924>. Acesso em: 01 abr. 2026.

SILVA, Erisnalva Pereira da; BEZERRA, Carlos Guterres Oliveira; NEVES, Ana Luiza Fernandes; *et al.* **Neurodiversidade nas instituições de ensino**: considerando o TEA, TDAH e dislexia como modos naturais de funcionamento do cérebro, ao invés de meros déficits. Aurum Editora, p. 167-177, 2025. DOI: 10.63330/aurumpub.028-014. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/819>. Acesso em: 24 mai. 2026.

SOUSA, A. F. C. *et al.* Educação Infantil em Foco: Práticas Pedagógicas e Desafios Contemporâneos nas Escolas Paulistas. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 22, p. 1-14, 2025. ISSN: 2965-6672. DOI: 10.5281/zenodo.15702998. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/educacao-infantil-em-foco-praticas-pedagogicas-e-desafios-contemporaneos-nas-escolas-paulistas>. Acesso em: 24 mai. 2026.

WAGNER, Maiby Gisele. O papel da Educação Infantil no desenvolvimento integral da criança. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 90-97, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30681/recs.v13i1.8832>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8832>. Acesso em: 20 mai. 2026.

WUO, Andrea Soares; BRITO, André Luiz Corrêa de. Autismo e o paradigma da neurodiversidade na pesquisa educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 29, e45911, 2023. DOI: 10.26512/lc29202345911. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc29202345911>. Acesso em: 02 jun. 2026.